Contribuição Brasileira para a Estratégia de Cooperação Sul-Sul da OIT

Panorama: janeiro de 2013 - junho de 2014

VIII Reunião Anual de Revisão sobre a Cooperação Sul-Sul OIT-Brasil

Genebra, 9 de junho de 2014 – Sala XXIV, Palácio das Nações

I. Cooperação Brasileira com a OIT: Dados Principais 3
Distribuição Geográfica 3
II. Uma Aliança Estratégica para a Cooperação Sul-Sul: ÁREAS TEMÁTICAS 3
Progresso na Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil através da Cooperação Sul-Sul 3
Bolívia, Paraguai e Equador 4
Equador: 4
MERCOSUL 5
Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): 6
CPLP 8
Tanzânia 10
Haiti 10
Projeto "Estratégias para Acelerar o Ritmo da Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil" - III Conferência Global sobre Trabalho Infantil (outubro de 2013): 12
Iniciativa América Latina Livre de Trabalho Infantil 12
A Extensão da Proteção Social 13
Trabalho Forçado e Cooperação Sul-Sul e Triangular (EUA-Brasil-Peru) 14
CINTERFOR e a Rede de Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento da formação profissional. 14
A CSST entre o Brasil, Peru e a Alemanha: Centro de Tecnologias Ambientais 14
Exposição Global de Desenvolvimento Sul-Sul (GSSD) 15
III. Atividades futuras no contexto da contribuição do Brasil para a Estratégia de Cooperação Sul-Sul da OIT 16
Trabalho Decente na Copa do Mundo de Futebol FIFA Brasil 2014 16
Bolsa Verde e Proteção Social 17
Migração e Cooperação Sul-Sul 17
Academia sobre a Economia Social e Solidária: para um desenvolvimento inclusivo e sustentável 18

I. Cooperação Brasileira com a OIT: Dados Principais

Em dezembro de 2007 e março de 2008 foram assinados dois Memorandos[1] de Entendimento, o primeiro sobre Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil e o segundo sobre promoção da proteção social em diversas regiões, com foco especial nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). Estes Memorandos expressaram um compromisso entre a OIT e o governo brasileiro com a identificação de necessidades e o processamento das demandas de cooperação técnica dos países em desenvolvimento, assim como com a mobilização de recursos financeiros para viabilizar essa cooperação. O Acordo-Quadro mais abrangente foi assinado em março de 2009 – o "*Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica com Países da América Latina e África para a Implementação do Programa de Parceria OIT-Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul*".

Em março de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da OIT a Estratégia para a Cooperação Sul-Sul e triangular,[2] tendo os correspondentes indicadores sido definidos em novembro de 2012. A referida estratégia menciona o papel do Brasil como fundamental na estruturação dos mecanismos de atuação da OIT nessa área. Além disso, estabelece como resultados: 1) a OIT tem uma maior consciência e capacidade institucional para identificar e colocar em prática a Cooperação Sul-Sul e triangular, com vista a criar uma iniciativa global sobre este tipo de cooperação; e 2) fortalecer a Agenda do Trabalho Decente por meio da Cooperação Sul-Sul com um número crescente de governos, parceiros sociais, agências da ONU e organizações não governamentais.

Distribuição Geográfica

Em termos geográficos, a cooperação Brasil-OIT através da Cooperação Sul-Sul está concentrada principalmente na América Latina, África e Ásia:[3]

- América Latina e Caribe: Paraguai, Bolívia, Equador e Haiti, bem como MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai).
- África: África do Sul (no quadro do Fórum IBAS), os PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe), Tanzânia e Nigéria.
- Ásia: Índia (no quadro do IBAS), Timor-Leste e Palestina.

No período 2003-2014 foram aprovados recursos no montante de USD$ 13 milhões nos quatro objetivos estratégicos da OIT, tanto para a Cooperação Sul-Sul, quanto para projetos no Brasil.

II. Uma Aliança Estratégica para a Cooperação Sul-Sul: ÁREAS TEMÁTICAS

Progresso na Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil através da Cooperação Sul-Sul

O Programa de Parceria OIT/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil contempla várias atividades conjuntas num amplo conjunto de países em desenvolvimento. Foram executados dez projetos sub-regionais e nacionais, em onze (11) países e em um bloco sub-regional. O Programa começou a ser desenvolvido na Bolívia, Equador e Paraguai, sendo posteriormente estendido para o bloco do MERCOSUL (Argentina, Brasil e Uruguai), aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e depois à Tanzânia (África),

[1] Memorando de Entendimento entre a Organização Internacional do Trabalho e o Governo da República Federativa do Brasil, para o Estabelecimento da Iniciativa de Cooperação Sul-Sul para o Combate ao Trabalho Infantil. Memorando de Entendimento entre a Organização Internacional do Trabalho e o Governo da República Federativa do Brasil de Cooperação Técnica sobre a Criação e Troca de Conhecimentos, Informações e Experiências na Área da Seguridade Social.

[2] (http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@relconf/documents/meetingdocument/wcms_172577.pdf).

[3] Foram realizadas atividades específicas com El Salvador e República Dominicana no contexto da Agenda de Trabalho Decente, e também com a África do Sul e a Índia no contexto de Trabalho Infantil.

Timor-Leste (Ásia) e Haiti (Caribe). Os projetos relacionados com o Haiti e os PALOP foram cofinanciados com recursos norte-americanos mediante a parceria com o Departamento de Estado (USDOS) e o Departamento do Trabalho (USDOL) respectivamente, no quadro de um acordo de cooperação triangular inovador na história da OIT. Em seguida, foi aprovado um projeto financiado pelo MDS, intitulado "Estratégias para Acelerar o Ritmo da Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil", que permitiu apoiar a preparação e implementação da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil (III CGTI) e que vem trabalhando na disseminação dos seus resultados.

Assim, durante o ano de 2013, estavam em execução os projetos MERCOSUL, PALOP, Equador, Haiti e Tanzânia, bem como o projeto de apoio ao Programa Sul-Sul e o projeto de suporte à III CGTI. Entre janeiro e dezembro de 2013, os projetos concentraram-se na finalização dos seus planos de trabalho e nas ações de disseminação e promoção dos arranjos necessários à participação na III CGTI, o que determinou a necessidade de prorrogação dos projetos do Equador, Haiti, PALOP e Tanzânia, sem aporte adicional de recursos. O projeto MERCOSUL foi concluído em 2013.

Em junho de 2013, foi realizado o Seminário Internacional de Boas Práticas sobre Trabalho Decente, em caráter tripartite, em parceria com o Governo do Estado do Mato Grosso, com o apoio do projeto de cooperação horizontal e dos departamentos que lidam com as áreas de Promoção do Trabalho Decente e de Combate ao Trabalho Escravo do escritório da OIT no Brasil. Tal articulação permitiu que não só os países que oficialmente participam no programa estivessem presentes no seminário (Bolívia, Brasil, Equador, Haiti, Paraguai), como também possibilitou a participação de delegações do Peru e especialistas da Argentina, Colômbia e Panamá. Foi possível assim, estender os benefícios da Cooperação Sul-Sul a outros países e iniciar a promoção da idéia de uma iniciativa conjunta dos países da região no combate ao trabalho infantil, além de abrir mais um espaço para a promoção da III CGTI.

Abaixo, alguns dos principais resultados alcançados durante este período:

Bolívia, Paraguai e Equador

Estes foram os primeiros projetos executados no âmbito do Programa e configuraram-se como casos de excelente coordenação com o projeto de cooperação horizontal executado com o USDOL. Foram desenvolvidos mecanismos e práticas de CSST entre os diferentes atores envolvidos, sendo exemplo disso as visitas conjuntas de intercâmbio relacionadas com os temas de transferência de renda condicionada, inspeção do trabalho, saúde e trabalho infantil, e aprendizagem juvenil.

O Projeto "Luta contra as piores formas de trabalho infantil por meio da cooperação horizontal na América do Sul" (USDOL) foi concluído em setembro de 2013. Foi possível acompanhar as suas avaliações, meio termo e final, as quais de forma independente fizeram um balanço extremamente positivo sobre a parceria dos dois projetos, ressaltaram o êxito da estratégia desenvolvida e a opinião positiva que os países beneficiários têm da Cooperação Sul-Sul.

Os projetos de Cooperação Sul-Sul do Brasil (ABC) com a **Bolívia e o Paraguai** desenvolveram-se entre outubro de 2009 e dezembro de 2012. O projeto de cooperação com o Equador seguiu sua execução ao longo de 2013 com os seguintes resultados:

Equador:

A partir das visitas de intercâmbio de experiências realizadas com o Brasil e do Seminário de Intercâmbio de Boas Práticas nos Temas do Trabalho Decente (Brasília e Cuiabá, junho de 2013) que permitiu identificar e compartilhar boas práticas para a erradicação do trabalho infantil e para a eliminação do trabalho forçado, foi planejado e realizado um programa de capacitação e inserção

laboral, no qual participaram o Ministério de Relações Trabalhistas (MRL), o Serviço Equatoriano de Capacitação Profissional (SECAP) que é uma entidade nacional de capacitação integrante do MRL, e a OIT. No mesmo sentido, foi também desenvolvido, em parceria com a organização de empregadores EXPOFLORES, um programa de capacitação e inserção laboral de 200 jovens. A proposta da EXPOFLORES foi baseada numa análise do perfil de competências laborais e dos requerimentos de postos de trabalho na floricultura que correspondessem à demanda laboral do setor. Com esta informação foi desenvolvido um plano de capacitação que incluiu competências básicas (autoestima, igualdade de gênero, saúde, prevenção contra o uso de drogas e direitos trabalhistas) e competências técnicas[4].

Deu-se início à criação do Sistema Único de Registro de Trabalho Infantil (SURTI), o qual além de recolher a informação sobre a situação laboral de crianças e adolescentes, identifica o nível de educação, composição familiar, acesso a serviços, etc. Estabelece, ainda, uma série de medidas de proteção necessárias para que crianças e adolescentes tenham acesso a serviços e programas estatais e da sociedade civil. Este sistema, entre outras coisas, permite estabelecer a pertinência das oportunidades dos serviços estatais e também se transforma numa ferramenta de monitoramento da eficácia e eficiência da ação governamental. O sistema encontra-se em fase final de testes e, em concordância com o MRL, será transferido para o Ministério Coordenador do Desenvolvimento Social (MCDS), com o objetivo de ser usado por todos os Ministérios que fazem parte do CIETI de maneira interligada. Foi desenvolvida uma ferramenta on-line de capacitação de inspetores de trabalho, a qual alcançou resultados positivos durante o processo de aprendizagem. Esta ferramenta está sendo aprimorada, a fim de atualizar a aplicação de lei no caso concreto, e para isso foram realizados seminários com inspetores e reuniões com funcionários do MRL.

MERCOSUL

O projeto de cooperação do Brasil com o MERCOSUL, denominado "Projeto de Apoio ao Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – MERCOSUL"[5], foi executado de novembro de 2010 até dezembro de 2013.

Resultados (2013):

- Foi realizada a análise da legislação comparada dos países, com o propósito de definir sugestões para a harmonização da legislação do Bloco e para a atualização da Declaração Sociolaboral do MERCOSUL no tema do trabalho infantil, em consonância com as normas internacionais de garantias dos direitos das crianças.

- Em 2013 consolidou-se o estudo dos diagnósticos rápidos, com foco no trabalho infantil doméstico e no trabalho infantil agrícola, nas seguintes zonas de fronteira seca (cidades gêmeas): Santana do Livramento (BRA) / Rivera (URU); Uruguaiana (BRA) / Paso de Los Libres (ARG); Posadas (ARG) / Bernardo Irigoyen (BRA) e Puerto Iguazú (ARG) / Foz do Iguaçu (BRA).

- Foi realizada a "II Conferência Regional - O MERCOSUL Unido Contra o Trabalho Infantil: Na rota da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil de 2013", com o objetivo de debater os avanços e desafios entre os países do bloco, afim de que fossem apresentados os resultados do

[4] A tudo isso se somou o compromisso dos empregadores em garantir o acesso e a permanência dos adolescentes e jovens capacitados. Cabe ressaltar neste processo, a inserção laboral de adolescentes com deficiência. Para que isso ocorresse, foi fundamental o processo de capacitação dos responsáveis pela área de recursos humanos e médicos das plantações, com o objetivo de garantir que os adolescentes e trabalhadores com deficiência fossem acolhidos de forma respeitosa e responsável nesses espaços de trabalho. Com a capacitação, sensibilização e seguimento, procura-se diminuir os obstáculos que impedem uma melhor inserção no mercado de trabalho por parte das pessoas com deficiência.

[5] Projeto RLA1150PBRA.

Projeto de Apoio ao Plano Regional para Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no sentido de analisar as novas etapas do referido Plano Regional MERCOSUL (Porto Alegre, Brasil, 26 e 27 de novembro de 2012). O resultado deste evento foi a revisão do Plano MERCOSUL e a solicitação de prorrogação deste projeto.

- No marco das ações preparatórias para a III CGTI, foi realizado o "III Congresso MERCOSUL unido contra o trabalho infantil: na rota da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil", em maio de 2013, por meio da Unidade Executora do Plano Regional de Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil no MERCOSUL, com o apoio do projeto de Cooperação Sul-Sul. O objetivo foi o de debater os avanços e desafios entre os países do bloco, bem como os seus resultados na área do Trabalho Infantil. Tais debates foram orientados através da análise crítica do Documento Base da III CGTI, apresentado durante o Congresso.

Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP):

O projeto de cooperação do Brasil com os PALOP, denominado "Apoio a ações voltadas para a consecução das metas de 2015 de eliminação das piores formas de trabalho infantil em países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) por meio de conhecimentos, conscientização e Cooperação Sul-Sul"[6], vem sendo desenvolvido desde dezembro de 2011 e tem seu término previsto para junho de 2014.

Resultados:

Em 2013, foi lançado um estudo comparativo sobre a implementação das Convenções n .º 138 e n .º 182 da OIT, cuja estrutura foi baseada numa experiência similar realizada no Brasil no contexto dos países do MERCOSUL. O **"Estudo sobre a aplicação das Convenções n .º 138 e n .º 182 da OIT e suas recomendações na legislação nacional dos países da CPLP"** foi consolidado e lançado num evento paralelo presidido pela Ministra do Trabalho de Moçambique durante a 102.ª Conferência Internacional do Trabalho em Genebra em junho de 2013.

No marco das ações preparatórias para a III CGTI, e no contexto da Estratégia para a Cooperação Sul-Sul e Triangular da OIT (CSST), foi realizada, em agosto de 2013, em Brasília, uma **Reunião Técnica Bipartida entre as Organizações Sindicais e Patronais no contexto da CPLP**, em seguimento à Declaração Ministerial de Maputo de 25 de abril de 2013. Tendo em conta a presidência da CPLP por Moçambique, com a liderança da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) e da Organização dos Trabalhadores de Moçambique (OTM - Central Sindical), no âmbito das suas respectivas presidências junto à Confederação Empresarial da CPLP (CE-CPLP) e à Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP), as entidades supracitadas trabalharam para estabelecer um Plano de Ação dessas organizações no marco da CPLP, com enfoque especial no combate ao trabalho infantil, incluindo a articulação e coordenação de agendas para a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil.
Os representantes das organizações de trabalhadores e empregadores dos estados membros da CPLP assinaram a Declaração Bipartida de Brasília, salientando a importância do diálogo social tripartido, incluindo governos, organizações de empregadores e trabalhadores, assim como da Cooperação Sul-Sul e triangular e da contribuição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no combate ao trabalho infantil.

Detalhamos a seguir, as principais atividades em cada país:

Angola

Após a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) decidiu liderar as atividades da Caravana em Angola

[6] Projeto RAF1250PBRA.

reconhecendo a necessidade de continuar com o impulso gerado pela conferência. O governo submeteu a proposta das atividades no final de 2013. Já foram preparados o *layout* da Caravana, o manual de uso da marca e todos os materiais da Caravana de Angola. A marca Caravana foi amplamente utilizada nos materiais das atividades e campanhas realizadas em Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Cabo Verde

Em 2013, Cabo Verde continuou a desenvolver as campanhas de sensibilização durante a semana do Dia Mundial da Luta contra o Trabalho Infantil e realizou o atelier "O sector turístico na prevenção e combate ao trabalho infantil" que teve como resultado a elaboração do "Código de conduta ética do turismo contra a exploração da criança e do adolescente", baseado na experiência de Belo Horizonte.

No contexto da Caravana de Cabo Verde também foram realizadas, com a coordenação do Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA), atividades que visaram reforçar as capacidades e a ação das instituições públicas e dos atores da sociedade civil para a prevenção e erradicação do trabalho infantil no pais. O Plano de Ação para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil foi revisado e atualizado e dois ateliers foram realizados na Ilha do Fogo e na Ilha de Santo Antão para aumentar o conhecimento sobre o trabalho infantil e as suas piores formas.

Guiné-Bissau

Em 2013, o projeto conseguiu realizar atividades com os parceiros sociais. À semelhança dos outros PALOP, os representantes dos empregadores e trabalhadores da Guiné-Bissau participaram na "Reunião técnica bipartida sobre Trabalho Infantil e Cooperação Sul-Sul e triangular entre as organizações sindicais e patronais no contexto da CPLP" realizada em Brasília em agosto de 2013. Durante o evento, os representantes da Guiné-Bissau manifestaram a intenção de liderarem conjuntamente as atividades da Caravana no país. Apesar da impossibilidade de realizar as atividades previstas para dezembro de 2013, estas foram reprogramadas para o primeiro semestre de 2014.

As atividades de sensibilização do Dia Mundial da Luta Contra o Trabalho Infantil serão coordenadas pela UNTG-CS (União Nacional dos Trabalhadores da Guiné – Central Sindical) e serão realizadas em conjunto com a CCIA (Camâra do Comércio, Indústria e Agricultura da Guiné Bissau), CGSI (Confederação Geral dos Sindicatos Independentes) e organizações da sociedade civil que lidam com a proteção da criança.

Moçambique

Em junho de 2013, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Luta contra o Trabalho Infantil e da Caravana Catavento, foi realizado o Seminário de Divulgação das Normas Internacionais do Trabalho. O seminário contou com a participação de representantes do governo (Ministérios da Educação, Justiça, Agricultura, Interior, Mulher e Ação Social) além de representantes dos empregadores, trabalhadores e da sociedade civil.

O Governo de Moçambique, através do Ministério do Trabalho, em colaboração com os representantes de outros sectores governamentais fundamentais, os parceiros sociais e a sociedade civil, iniciou o processo de formulação de um Plano Nacional de Ação para o Trabalho Infantil (PNATI).

São Tomé e Príncipe

De 19 a 22 de março de 2013, realizou-se o Atelier de Elaboração do Plano Nacional e da Lista das Piores formas de Trabalho Infantil na cidade de São Tomé. A reunião foi organizada conjuntamente pelo Governo de São Tomé, por meio do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, pela OIT e pelos parceiros sociais. Quarenta participantes estiveram presentes representando o governo, as centrais sindicais ONTSTP e UGT-CS, a Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços de São Tomé e Príncipe (CCIAS) e a OIT. O evento contou igualmente com a assistência técnica de uma representante do Ministério do Trabalho do Brasil que compartilhou experiências, orientou os

técnicos nacionais e conduziu os trabalhos do atelier com os dois consultores nacionais e a especialista nacional.

As atividades da Caravana de São Tomé e Príncipe tiveram início em abril de 2013 e desenvolveram-se em todos os distritos do País, nomeadamente Água Grande, Mé-Zochi, Lembá, Lobata, Cantagalo, Caué e na Região do Príncipe. Com o objetivo de sensibilizar as comunidades, envolver crianças e adolescentes nas ações de combate ao trabalho infantil, institucionalizar o Comitê Tripartido, mobilizar os atores sociais e pedir a criação de políticas públicas de proteção social, foram desenvolvidas várias atividades tais como passeatas com os cataventos, projeções de filmes, intercâmbios escolares e seminários. As atividades envolveram crianças e adolescentes, professores, pais e empregadores de todos os distritos.

Em julho de 2013, com o apoio deste projeto, foi a vez de São Tomé e Príncipe organizar um seminário de formação sobre a metodologia ECOAR, em que estiveram presentes, na cerimônia de abertura, o Ministro da Educação, o Coordenador Residente das Nações Unidas, representantes da União Geral dos Trabalhadores (UGT) e do Sindicato dos Professores e Educadores de São Tomé e Príncipe (SINPRESTP), e 2 professores (Angola e Moçambique), que auxiliaram nas atividades formativas. Participaram 30 professores do Ensino Básico dos distritos de Água Grande e Mé-Zochi e 10 quadros do Ministério da Educação, nomeadamente Assessores, Metodólogos do Ensino Básico e Inspetores.

CPLP

As atividades realizadas nos diferentes países em 2013 foram fundamentais para acelerar o ritmo de ações voltadas para a erradicação do trabalho infantil em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Além disso, estas atividades contribuíram para uma participação harmônica e capacitada dos países envolvidos na III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, realizada no Brasil em finais de 2013. Nas conferências realizadas na Praia e em São Tomé e Príncipe e nas demais atividades do projeto registrou-se um *feedback* positivo dos países sobre a relevância do projeto e o seu papel fundamental para que o trabalho infantil permaneça uma questão importante nas agendas dos governos.

Resultados:

- A 25 de abril de 2013, os Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP adotaram a Declaração de Maputo, reafirmando a importância da Cooperação Sul-Sul e triangular nos países da CPLP e em particular no combate ao trabalho infantil e na promoção da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, organizada no quadro do Acordo OIT-Brasil de Cooperação Sul-Sul e triangular.
- No dia 11 de junho de 2013, durante a Conferência Internacional do Trabalho, realizou-se uma Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais dos estados membros da CPLP na qual foram analisados os progressos recentes na relação de cooperação entre a OIT e a CPLP. Salienta-se que os parceiros sociais dos países lusófonos também estiveram presentes no encontro.
- Entre o material para ser divulgado durante as Caravanas, destaca-se o documentário “Trabalho Infantil nos Países Lusófonos em África” que descreve o contexto histórico e a situação atual do Trabalho Infantil nesses países e aborda também o quadro legal em vigor, as políticas vigentes e as ações desenvolvidas em cada país. Estas últimas são baseadas em boas práticas e bons exemplos internacionais que salientam o papel dos governantes, das organizações de trabalhadores, de empregadores e da sociedade civil no combate ao trabalho infantil. Para a divulgação do documentário foram estabelecidas parcerias com os meios de comunicação de todos os PALOP.
- Como resultado da ação do projeto, foram assinadas a Declaração de Maputo (abril de 2013), a Declaração Bipartida de Brasília (agosto de 2013), e a Declaração de Brasília (outubro de 2013), esta última durante a III CGTI.

Inspeção do Trabalho: Brasil, Timor-Leste e Moçambique

O projeto de cooperação do Brasil com os PALOP organizou conjuntamente com o Projeto GAP 11 uma formação para inspetores do trabalho e outros parceiros em Timor-Leste e em Moçambique com a colaboração do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil. A atividade decorreu de 28 de abril a 9 de maio de 2014.

Em Díli, as atividades tiveram como objetivo reforçar as capacidades dos inspetores do trabalho, assim como do sistema judicial e policial, na área do trabalho infantil, especialmente nas formas perigosas e para as questões de monitoramento nos setores formais e informais.

A atividade contou com 40 participantes incluindo inspetores do trabalho, oficiais de polícia, guarda costeira e imigração além de representantes dos empregadores, trabalhadores e ONGs. A formação foi providenciada por 2 inspetores do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, 1 especialista em trabalho forçado e 1 consultor nacional.

Em Moçambique, a atividade visou o fortalecimento da capacidade institucional e promoção do diálogo social, contribuindo para a consolidação do Comitê Nacional Tripartido, a elaboração da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil e a validação do Plano de Ação Nacional. A formação contou com 50 participantes entre inspetores do trabalho, representantes de três Ministérios (Educação, Saúde e Assuntos Sociais), representantes dos trabalhadores e empregadores além de representantes de ONGs e da UNICEF. Os formadores incluiram dois inspetores do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e uma consultora nacional.

A Cooperação Sul-Sul e Triangular na CPLP: boas práticas na proteção social e no combate ao trabalho infantil, 2014

Esta publicação pretende promover a divulgação e o intercâmbio de experiências e boas práticas nos domínios da proteção social e do combate ao trabalho infantil na esfera dos estados membros da CPLP. Poderá constatar-se que através da Cooperação Sul-Sul e triangular, os países lusófonos puderam melhorar os seus indicadores sociais, reduzir a pobreza, combater a desigualdade socioeconômica e de gênero, aumentar os níveis de inclusão social e promover o trabalho decente. Esta modalidade de cooperação permitiu a transferência e a adaptação ao contexto nacional de boas práticas entre os vários países interlocutores. Ao compilar e divulgar esta informação espera-se que se reforce ainda mais o espaço para o diálogo e a cooperação no mundo da Lusofonia. A obra será apresentada na 103.ª Conferência Internacional do Trabalho numa reunião que contará com a presença dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP e do Diretor Geral da OIT, Sr. Guy Ryder.

Declaração Bipartida de Brasília[7]

Aquando da IV Reunião dos Pontos Focais para a área do Trabalho Infantil, em dezembro de 2012 em São Tomé e Príncipe, na qual o Secretariado Executivo da CPLP esteve presente, surgiu a proposta de convidar os representantes da Confederação Empresarial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CE-CPLP) e da Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP) para uma reunião em Lisboa, tendo em vista sensibilizar estas duas organizações para o tema do combate ao trabalho infantil. A Declaração Bipartida de Brasília foi assinada em agosto de 2013 durante uma Reunião Bipartida dos representantes nacionais das organizações de trabalhadores e empregadores

[7] http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/publication/wcms_220158.pdf

bem como dos representantes da Confederação Empresarial da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CE-CPLP) e da Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa (CSPLP). Todos reconheceram a importância do diálogo social e da Cooperação Sul-Sul para a realização e consequente sucesso das iniciativas de prevenção e eliminação do trabalho infantil na esfera da CPLP. Além da manifestação de apoio à "Caravana África Livre do Trabalho Infantil", o encontro bipartido também serviu como forma de articulação e coordenação de posições para a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil de outubro de 2013.

Tanzânia

O projeto de cooperação do Brasil com a Tanzânia denominado "Apoio à implementação do Plano de Ação Nacional para a Eliminação do Trabalho Infantil na Tanzânia"[8] foi executado de janeiro de 2011 até junho de 2013.

Resultados :

- O Projeto realizou uma reunião Bipartite para empregadores e trabalhadores para desenho de um programa conjunto para a implementação do Plano de Ação Nacional.
- O Projeto apoiou com sucesso o Comitê Nacional de Coordenação Intersetorial na Tanzânia para o intercâmbio de Cooperação Sul-Sul com o Brasil nas estratégias para combater o trabalho infantil através da elaboração de uma circular sobre trabalho infantil. Além disso, o CLU tem recebido mandatos para trabalhar como um Comitê de Força Tarefa focado no fortalecimento das capacidades dos parceiros tripartites na Tanzânia para a implementação do Plano de Ação Nacional através do intercâmbio Sul-Sul, treinamento tripartite e missões técnicas de alto nível.
- Foi organizada uma oficina tripartite para revisar os termos de referência do Sub-Comitê Distrital de Trabalho Infantil e dos Coordenadores Distritais de Trabalho Infantil.
- O Projeto contribuiu com sucesso para a revisão da estrutura dos relatórios sobre o trabalho infantil na Tanzânia.
- O Projeto apoiou a Unidade de Trabalho Infantil na disseminação do Plano de Ação Nacional em todos os distritos/regiões e no início da criação de um Sub-Comitê Distrital de Trabalho Infantil (DCLSC) nos distritos que ainda não tinham estabelecido um.
- Em junho de 2013, representantes da Tanzânia participaram no Seminário Internacional de compartilhamento de boas práticas sobre trabalho digno com foco especial no trabalho infantil, realizado no Brasil. O programa incluiu discussões técnicas e mesas redondas com especialistas do MDS, MTE, MPT, e TST além da Secretaria de Direitos Humanos e da Escola Nacional de Administração Pública. Durante o seminário foram trocadas experiências relacionadas com os programas de transferência de renda, trabalho infantil, sistemas de proteção social e planos de ação nacionais. Os participantes puderam também realizar uma visita ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e ao Centro de Referência especializado de Assistência Social (CREAS). A visita permitiu que os participantes interagissem com os beneficiários e compreendessem as estruturas operacionais e de coordenação dos serviços prestados pelo governo brasileiro.

Haiti

A primeira experiência de Cooperação Sul-Sul do IPEC no Haiti foi com um projeto que se iniciou em 2006. Após a conclusão desse projeto, negociou-se um novo projeto para o Haiti, no âmbito da Cooperação Sul-Sul e Triangular, com o término previsto para 2014. É um projeto do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) em colaboração com SECTOR, e que se foca na reconstrução pós-terremoto de 2010.

[8] Projeto URT/10/01/BRA.

- Foi desenvolvido um curso de formação em construção para adolescentes no Haiti apoiado pela ONG brasileira "Viva Rio".
- Também foram estabelecidas alianças estratégicas com o Ministério de Assuntos Sociais e do Trabalho (MAST), o Instituto do Bem Estar Social e de Pesquisas (IBERS), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH).
- Criou-se o Comitê Nacional Tripartido contra o Trabalho Infantil, para dar início ao processo de consulta necessário para a definição da Lista das Piores formas de Trabalho Infantil e para a formulação de um Plano Nacional contra o Trabalho Infantil.
- Em junho de 2013, uma delegação haitiana participou no Seminário Internacional de Boas Práticas sobre Trabalho Decente, realizado em Brasília, e aproveitando a presença das delegações da Bolívia, Brasil, Equador, Haiti, Paraguai e Peru e especialistas da Argentina, Colômbia e Panamá no país, foram realizadas duas atividades complementares. Tratou-se de uma visita de intercâmbio conjunta para que os países interessados conhecessem o funcionamento no terreno do Programa "Me Encontrei" e uma oficina de avaliação de resultados e perspectivas das visitas de intercâmbio que a OIT vem implementando entre os países que fazem parte das iniciativas de Cooperação Sul-Sul.
- Foi realizada uma missão ao Haiti em fevereiro de 2012 para a capacitação de inspetores haitianos, o que gerou como resultados uma minuta da Lista das Piores formas de Trabalho Infantil e para a formulação de um Plano Nacional contra o Trabalho Infantil.

- A idéia principal para a conclusão do projeto é adaptar a iniciativa "Me Encontrei" implementada em Cuiabá (Brasil). Isto implica: (a) identificação de adolescentes envolvidos nas piores formas de trabalho infantil, (b) retirá-los de tal trabalho e fornecer uma formação adequada na área de construção, e (c) ajudar a colocá-los no mercado de trabalho. A etapa "a" tem como parceiro o IBERS, que entre outras coisas, lida com adolescentes em circunstâncias difíceis. Na etapa "b" foi definido como parceiro o Instituto Nacional de Formação Profissional (INFP), que trata da formação profissional, e tem um histórico com o projeto IPEC e a ONG Viva Rio no fornecimento de treinamento para adolescentes no sector da construção. Para a etapa "c", foram definidos como parceiros as empresas com as quais o Escritório da OIT no Haiti tem contatos.

Programa de formação em matéria de assistência humanitária, prevenção de calamidades e recuperação pós-desastres socioambientais – Brasil – CIF/OIT

Datas de implementação: janeiro de 2011 – janeiro de 2014

Este Programa de capacitação e reforço institucional foi um resultado da parceria técnica e financeira entre a Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME) do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Centro Internacional de Formação da OIT (CIF/OIT).

Com este Programa prestou-se apoio a nove países (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Haiti, Moçambique, Níger, São Tomé e Príncipe, Palestina e Timor-Leste) trabalhando de forma específica na formação de técnicos(as) e quadros dirigentes das entidades responsáveis pela definição e estabelecimento de políticas e medidas visando a redução do nível de vulnerabilidade das populações e comunidades locais ao risco de desastres socioambientais e estimulando a prevenção e os processos de recuperação por intermédio da facilitação de ferramentas para um desenvolvimento sustentável dos nossos territórios. A CGFOME, a Delegação Permanente do Brasil junto às Nações Unidas e demais organismos internacionais em Genebra e as Embaixadas do Brasil nos países abrangidos pelo Programa contribuíram ativamente para disseminar as boas práticas brasileiras e os projetos de cooperação internacional do Brasil neste campo junto das instituições beneficiárias.

Para além disso, por intermédio da participação nas atividades de formação de um amplo leque de atores envolvidos tanto no campo da redução do risco de desastres (como a Proteção Civil ou Cruz Vermelha) como nos processos de planejamento do desenvolvimento territorial (como Ministérios do

Ambiente ou do Planejamento do Desenvolvimento ou Administração do Território) tem-se estimulado o diálogo, o intercâmbio de conhecimentos e o estabelecimento de parcerias quer entre instituições do mesmo país quer entre países e localidades, com vista a uma visão e ação integradas para a gestão e redução do risco de desastres e a melhoria das condições de vida das populações. As atividades do Programa, sobretudo os cursos à distância e os eventos regionais em Moçambique e Cabo Verde, serviram de ponte e momento aglutinador entre as instituições participantes com vista ao estabelecimento de redes e parcerias.

Projeto "Estratégias para Acelerar o Ritmo da Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil" - III Conferência Global sobre Trabalho Infantil (outubro de 2013):

O Brasil sediou a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil em outubro de 2013. Do ponto de vista do empenho dos países e das medidas adotadas para acabar com o trabalho infantil no mundo, o resultado político mais importante, além da expressiva participação dos países na Conferência, foi a "Declaração de Brasília"[9]. Esta declaração, acordada e aclamada pelos países presentes, demonstra um raro consenso entre 155 países representados por governos, empregadores e trabalhadores; ela estabelece um processo de continuidade, com uma nova conferência global em 2017 na Argentina; afirma que os governos são primordialmente responsáveis pelo combate ao trabalho infantil, com a colaboração dos demais atores; reafirma a importância da Cooperação Sul-Sul e triangular para promover o tema e reconhece que as políticas públicas devem refletir uma abordagem integrada, com centralidade das políticas de educação e de geração de empregos para adultos. O governo brasileiro apresentou a declaração na 320.ª sessão do Conselho de Administração[10] da OIT, realizada em março de 2014. Desta forma, ficou estabelecida a sustentabilidade dos compromissos assumidos pelo reconhecimento da Declaração como documento oficial da OIT.

Durante a sua sessão de março de 2014, o Conselho de Administração solicitou ao Secretariado da OIT:
a) que sejam transmitidos agradecimentos ao Governo do Brasil e aos parceiros sociais brasileiros pela organização e pelo sucesso da III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil.
(b) que o Secretariado da OIT assegure a integração da Declaração de Brasília no Plano de Ação Global da OIT sobre Trabalho Infantil e no trabalho do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC); e
(c) que reafirme o seu compromisso com a eliminação do trabalho infantil como um dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, e, portanto, como uma das maiores prioridades da Organização na realização da Agenda do Trabalho Decente, e que sejam postos em prática todos os meios necessários para alcançar este objetivo.

Iniciativa América Latina Livre de Trabalho Infantil

Além do Projeto *"Estratégias para Acelerar o Ritmo da Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil"* , o apoio da OIT à III CGTI em 2013 também se efetuou no seguimento das negociações realizadas com o Ministério do Trabalho e Emprego e a consequente aprovação da revisão do projeto de apoio ao Programa de Cooperação Sul-Sul para incluir o objetivo de contribuir para a elaboração e implementação de uma Estratégia Regional de Cooperação Sul-Sul para Erradicação do Trabalho Infantil através da iniciativa "América Latina Livre de Trabalho Infantil" e estender o mesmo até 2015. A partir desta revisão, foi possível responder à solicitação do governo brasileiro para apoiar a logística da III CGTI, garantir a participação de mais de 40 países de menor desenvolvimento relativo na Conferência, e toda uma articulação internacional para a construção da Iniciativa Regional. O principal resultado do evento foi a unânime aprovação da Declaração de Brasília, que

[9] A Declaração de Brasília está disponível em quatro línguas: (http://portal.mte.gov.br/imprensa/declaracao-de-brasilia-sobre-trabalho-infantil.htm).

[10] http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_235401.pdf

reforça o compromisso dos seus signatários para a eliminação das piores formas de trabalho infantil até 2016, dando uma atenção especial a abordagens nas áreas de gênero, educação e políticas de proteção social. Durante a III CGTI, o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil convocou vários ministros e vice-ministros do trabalho de diversos países da região para uma reunião do GRULAC, na qual se reforçou o compromisso para promover uma "Iniciativa Regional para a América Latina e o Caribe" de forma a acelerar o ritmo de redução do trabalho infantil, formando o grupo impulsor e solicitando a assistência técnica da OIT neste processo.

No âmbito da Conferência e no espírito da Cooperação Sul-Sul, em coordenação com o Governo Brasileiro e com o apoio técnico da OIT, foi realizada em dezembro de 2013, em Lima, a primeira reunião do grupo impulsor formado pela Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai, onde foi desenhada a estratégia da "Iniciativa Regional América Latina e Caribe livres de Trabalho Infantil". Essa iniciativa representa um compromisso dos países da região para acelerar o ritmo de erradicação do trabalho infantil, principalmente após os debates ocorridos durante a III Conferência. É um instrumento de cooperação inovador e uma oportunidade para consolidar e tornar sustentáveis os avanços já alcançados nos esforços para a eliminação do problema, assegurando o pleno exercício dos direitos das crianças e adolescentes da região. A Iniciativa Regional surge como um impulso de um grupo de países para oferecer uma resposta conjunta, renovada e urgente às distintas formas através das quais o fenômeno ainda se manifesta na região.

A Extensão da Proteção Social

A iniciativa de Cooperação Sul-Sul na área da seguridade social identificou algumas boas práticas no Brasil que são de grande valia para outros países: a) o programa Bolsa Família e os programas de benefícios assistenciais; b) o programa de previdência social para os trabalhadores rurais; e c) os programas educacionais em matéria de proteção social. Com base nestas experiências, o Programa Sul-Sul elaborou um livro intitulado "As Boas Práticas Brasileiras em Seguridade Social", lançado em abril de 2013 na sede da OIT com a presença do Sr. Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves. O Programa Sul-Sul em Seguridade Social terminou a 31 de dezembro de 2013, sem novas extensões.

Paraguai:

O Projeto Sul-Sul em Seguridade Social destinado ao Paraguai concluiu as suas atividades com o lançamento de um documento intitulado "Contribuição ao desenvolvimento de políticas sociais e à extensão da proteção social no Paraguai"[11]. O documento contém os seguintes estudos, resultantes do projeto:

a) Um estudo sobre a cobertura da proteção social contributiva e não contributiva no Paraguai;
b) Um estudo sobre opções de mecanismos de proteção social contra o desemprego, tanto para o setor formal como para o setor informal;
c) Um estudo sobre as possibilidades de ratificação pelo Paraguai do Convênio sobre a Seguridade Social (Norma Mínima), 1952 (n.º 102).

O lançamento ocorreu durante um seminário conclusivo, realizado em Assunção a 12 de dezembro de 2013, que contou com a presença da Vice-Ministra do Trabalho e Seguridade Social, de técnicos dos governos paraguaio e brasileiro, da Embaixada do Brasil em Assunção, especialistas da OIT e outros interessados. No final do evento concluiu-se que os produtos do projeto "Promoção da Cooperação Sul-Sul na Área de Seguridade Social" no Paraguai, especialmente os estudos que analisam as opções para a ratificação do Convênio n.º 102 e da criação de mecanismos de proteção contra o desemprego, são uma importante contribuição para o programa de trabalho a ser

[11] O documento está disponível em: http://www.social-protection.org/gimi/gess/ShowProjectRessource.do?ressourceId=42472&pid=1685

elaborado pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social do Paraguai, criado a partir de uma cisão do Ministério da Justiça em janeiro de 2014.

O projeto-país em seguridade social destinado ao Paraguai terminou, sem novas extensões, em 31 de dezembro de 2013.

Timor-Leste:

Em 2013, o projeto apoiou a realização de um curso pelo Centro Internacional de Formação da OIT/Turim em Timor-Leste e preparou uma cartilha informativa sobre o regime previdenciário lançado anteriormente. Antes de finalizar, o projeto entregou ao Ministério da Solidariedade Social duas projeções atuariais: uma para os custos futuros do SAII (Subsídio de Apoio aos Idosos e Inválidos), que corresponderia aproximadamente ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social brasileira, e um primeiro cenário para a introdução, a partir de 2015/16, do setor privado no regime previdenciário do país.

O projeto Sul-Sul focado em Timor-Leste teve a sua execução terminada em 31 de julho de 2013, sem nova prorrogação.

Trabalho Forçado e Cooperação Sul-Sul e Triangular (EUA-Brasil-Peru).

Em 2013 foram iniciadas as atividades preparatórias do projeto **Consolidando e Disseminando Esforços para o Combate ao Trabalho Forçado no Brasil e no Peru,** cuja parceria foi formalizada em dezembro de 2012 entre a OIT e o Departamento de Trabalho dos Estados Unidos da América (USDOL), com o propósito de fortalecer os esforços para combater o trabalho forçado no Brasil e disseminar e compartilhar as boas práticas da cooperação Brasil-Peru.

Assim, em 2013, iniciou-se um processo de consulta aos parceiros dos dois países. Entre os dias 1 e 4 de julho de 2013, a OIT realizou o seminário "Plano Integral de Monitoramento e Avaliação (PIMA/CMEP)", visando discutir a estrutura do projeto, assim como o seu mecanismo de monitoramento e avaliação, com a participação dos principais parceiros, com o objetivo de colher suas impressões e contribuições para construção de uma matriz lógica que contemplasse objetivos, resultados, produtos esperados e indicadores para o combate ao trabalho forçado nos próximos anos. É importante destacar que este Projeto é fruto de debates e consultas realizados com diferentes atores no Brasil e no Peru, antes, durante e depois do referido seminário, que possibilitaram a formação de consensos em torno dos principais eixos estratégicos a serem conduzidos através da cooperação técnica da OIT. O início oficial desse projeto ocorreu a 20 de maio, num evento realizado no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, com a presença do Presidente do TST, Ministro Antonio José de Barros Levenhagen; a ministra de Estado, da Secretaria de Direitos Humanos e presidente da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, Ideli Salvatti; o procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo; o subprocurador-geral da República, Oswaldo José Barbosa Silva, representando o Procurador-Geral; o secretário de Inspeção do Trabalho, Paulo Sérgio de Almeida, representando o ministro do Trabalho e Emprego; a embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, S. Exa. Liliana Ayalde; e a Sra. Laís Abramo, Diretora do Escritório da OIT no Brasil. No momento atual, existe oportunidade de consolidar no Brasil a experiência singular de mais de 18 anos de combate ao trabalho forçado e de compartilhá-la por meio da Cooperação Sul-Sul com outros países, como o Peru, ajudando na aplicação e adaptação de boas práticas.

CINTERFOR e a Rede de Cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento da formação profissional.

A CSST entre o Brasil, Peru e a Alemanha: Centro de Tecnologias Ambientais

A fim de cumprir com os regulamentos ambientais nacionais e internacionais, a indústria peruana necessitava de especialistas em tecnologia ambiental, particularmente para a prestação de serviços

laboratoriais e de aconselhamento. Para atender a esta necessidade, o Serviço Nacional de Formação em Trabalho Industrial (SENATI), instituição de formação no país, membro da Rede da OIT/CINTERFOR, apelou à cooperação internacional para a construção de um Centro de Tecnologias Ambientais (CTA), que respondesse às necessidades de formação do mercado e proporcionasse os serviços requeridos pelas empresas especializadas em tecnologias ambientais. Desta forma, o SENATI procurou a cooperação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) do Brasil através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O SENAI ofereceu os seus serviços de assessoria em matéria de organização e administração de um CTA, formação de pessoal técnico e desenvolvimento da oferta de serviços nas áreas de abastecimento de água e tratamento de águas residuais, métodos de produção mais respeitadores do meio ambiente, e reciclagem. A Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ - *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*) assessorou o CTA no estabelecimento de parcerias e redes internacionais, inclusive com o setor privado, e prestou assistência no desenvolvimento da oferta de serviços e na formação de especialistas nos vários setores.

Exposição Global de Desenvolvimento Sul-Sul (GSSD)

A Exposição Global de Desenvolvimento Sul-Sul (GSSD) é um evento de alto nível das Nações Unidas direcionado para todo o sistema global, com ênfase na Cooperação Sul-Sul. A GSSD 2013 foi a primeira realizada no Sul, e foi organizada pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA). O objetivo geral da GSSD 2013 foi fornecer uma plataforma sólida para a partilha de soluções replicáveis e inovadoras do Sul que tenham impacto significativo nos países em desenvolvimento.

Os efeitos positivos desta partilha de experiências entre os países do Sul Global inspirou o sistema das Nações Unidas - sob a liderança do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) - para organizar a Exposição Global de Desenvolvimento Sul-Sul (GSSD) numa base anual, incluindo uma série de Fóruns de Soluções que incidem sobre boas práticas e lições aprendidas na Cooperação Sul-Sul e triangular. A OIT tem estado envolvida na GSSD desde 2009, tendo organizado a Expo 2010 na sua sede em Genebra. O tema da GSSD 2013 foi "Construindo Economias Verdes Inclusivas: Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza". No âmbito deste evento, a OIT organizou um Fórum de Soluções, intitulado "Desenvolvimento Sustentável e Trabalho Decente". Além disso, o diretor de PARDEV presidiu a uma sessão sobre a Cooperação Sul-Sul e a agenda pós-2015 do Fórum de Alto Nível dos Diretores Gerais.

O Brasil colaborou para o Fórum de Soluções da OIT, através de S. Exa. a Embaixadora Marcela Nicodemos que apresentou exemplos de como o Brasil tem tomado a iniciativa de cooperar com outros países do Sul nas áreas do desenvolvimento sustentável e trabalho decente. A Embaixadora apresentou um exemplo recente de um programa direcionado à proteção do meio ambiente (Bolsa Verde), lançado em outubro de 2011. Uma partilha de experiências Sul-Sul está prevista em colaboração com a OIT e outros países do Sul que têm programas similares. A Dra. Eliana Nicolini, Coordenadora da Cooperação Sul-Sul do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), apresentou a vasta experiência do SENAI em iniciativas de Cooperação Sul-Sul e triangular. Esta apresentação também destacou os resultados de uma iniciativa de cooperação triangular entre o SENAI, o Serviço Nacional Peruano de Desenvolvimento de Competências no Trabalho Industrial (SENATI) e a Agência de Cooperação Alemã (GIZ) para criar o Centro de Tecnologias Ambientais, que é baseado no Peru.

III. Atividades futuras no contexto da contribuição do Brasil para a Estratégia de Cooperação Sul-Sul da OIT

Trabalho Decente na Copa do Mundo de Futebol FIFA Brasil 2014

Em junho e julho de 2014, o Brasil vai sediar a 20.ª Copa do Mundo de Futebol da FIFA. O torneio será realizado em doze cidades. Como um dos maiores eventos desportivos mundiais, a Copa significa uma grande oportunidade de investimentos, geração de emprego e outras formas de trabalho e geração de renda, e melhoria da infraestrutura no país. Estudos realizados por diversas instituições e informações oficiais de diversos órgãos do governo federal indicam que a Copa injetará mais de R$ 142 bilhões na economia do país no período 2010-2014 (Fundação Getúlio Vargas). Segundo os ministérios do Esporte e do Planejamento, o plano de investimentos relacionados à Copa totaliza R$ 25,6 bilhões e, de acordo com a FIPE-USP, o número de empregos gerados pela Copa será da ordem de 710 mil. Cerca de 50 mil postos de trabalho foram criados na construção dos estádios e entre abril e junho de 2014, somente no setor de turismo serão abertas cerca de 48 mil vagas e 165 mil pessoas foram capacitadas pelo PRONATEC Turismo. A previsão da Embratur é que os gastos dos turistas (3 milhões nacionais e 600 mil estrangeiros) no período da Copa cheguem a R$ 25 bilhões.

Mas, como qualquer outro megaevento esportivo, a realização da Copa envolve também riscos de várias ordens, como a ocorrência de acidentes de trabalho e de formas precárias de contratação, aumento de casos de trabalho infantil ou exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Com o objetivo de diminuir ao máximo esses riscos e ampliar ao máximo essas oportunidades, a OIT (o Escritório de Brasília e SECTOR, com o apoio do Escritório Regional e das líderes da ACI 8) vem trabalhando em parceria com o governo federal, governos estaduais e municipais, organizações de empregadores e trabalhadores, outras instâncias do Estado (como o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho) e organizações da sociedade civil para elaborar e implementar uma *agenda preventiva e propositiva* capaz de eliminar ao máximo esses riscos e potencializar ao máximo essas oportunidades. Essa agenda busca promover o trabalho decente e a sustentabilidade ambiental durante o processo de preparação e realização da Copa, e na potencialização do seu legado social e trabalhista, em especial em alguns setores-chave, tais como a construção civil, turismo e hospitalidade, comércio e transportes. Esse trabalho se integra e fortalece o esforço que vem sendo desenvolvido no país desde 2007, com o apoio da OIT, de construção e consolidação de agendas locais de trabalho decente (estaduais e municipais) nas cidades ou estados sede da Copa.

As principais atividades e resultados relativos a este tema em 2013 e 2014 são as seguintes:

a) Criação do Subcomitê de Trabalho Decente e Grandes Eventos, no âmbito do Comitê Executivo Interministerial da Agenda de Trabalho Decente, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério dos Esportes, com a participação de vários outros ministérios;

b) Introdução do tema como prioridade, ao lado da constituição do Sistema Único de Trabalho, nos seminários regionais realizados no 2.º semestre de 2013, sobre os resultados da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente;

c) Realização de oficinas e assinatura de termos de compromisso para a promoção do Trabalho Decente na Copa de 2014 em 8 das 12 cidades-sede (São Paulo, Cuiabá, Porto Alegre, Fortaleza, Rio de janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Natal).

d) O lançamento do Compromisso Nacional pelo Trabalho Decente na Copa do Mundo FIFA 2014 e de compromisso da mesma natureza específico para o setor de Turismo e Hospitalidade, em cerimônia realizada a 15 de maio de 2014 no Palácio do Planalto, que contou com a presença dos ministros do Trabalho e Emprego, Relações Exteriores, Casa Civil, Esportes, Turismo, Secretaria Geral da Presidência, Direitos Humanos, Políticas para as

Mulheres, entre outros, e representantes das centrais sindicais e das confederações de trabalhadores mais representativas do país;

e) O lançamento, na mesma ocasião, de uma campanha pelo trabalho decente, coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, cuja possibilidade estava prevista na Lei Geral da Copa, que também estabelece a importância do combate ao racismo no futebol e da promoção da igualdade racial nos empregos gerados pela Copa do Mundo.

Essa experiência inovadora deverá ser sistematizada e dar origem a um "modelo de intervenção", que certamente será uma referência importante para as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro, assim como para outros megaeventos esportivos, como as próximas edições da Copa do Mundo e das Olimpíadas em outros países.

Bolsa Verde e Proteção Social

O governo brasileiro e a OIT estão definindo um novo projeto de cooperação que deverá intitular-se "Cooperação Sul-Sul para a promoção do desenvolvimento sustentável por meio do trabalho decente e da proteção social". O objetivo final deste projeto é a afirmação do trabalho decente e da proteção social enquanto instrumentos de promoção do desenvolvimento sustentável. O seu primeiro passo será a avaliação de três iniciativas concretas do governo brasileiro que combinam a preservação ambiental com a geração de trabalho decente e com mecanismos de proteção social. Em seguida, ele promoverá um intercâmbio de experiências similares entre países do Sul a fim de produzir insumos tanto para o aperfeiçoamento dessas políticas como para o debate internacional em torno da definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que deverão substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) após 2015. Para tanto, o Projeto produzirá dois *policy papers* com recomendações para alavancar a criação de trabalho decente e empregos verdes[12] nas políticas ambientais avaliadas, bem como uma publicação conjunta OIT/governo brasileiro visando demonstrar a necessidade e a viabilidade de se colocar o trabalho decente e a proteção social no centro das estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável .

Migração e Cooperação Sul-Sul

O governo brasileiro e a OIT iniciaram o processo de definição de um novo projeto de cooperação que deverá focar-se na produção de conhecimentos e promoção de discussão entre países das Américas para o desenvolvimento de ações mais eficazes de proteção de trabalhadores/as migrantes. Abordará, prioritariamente, os temas ligados à legislação de migração, à construção de uma nova Política Nacional e ao fomento de pesquisas que poderão oferecer uma melhor descrição da realidade da migração no Brasil para atualização da sua legislação, assim como para desenvolver conhecimentos úteis para as ações governamentais de fortalecimento da Política e propostas de legislações específicas. Através das ações do projeto, pretende-se trabalhar diretamente na garantia de direitos de migrantes no Brasil, fortalecendo as ações internas e as relações entre o Brasil e países das Américas.

O projeto entra no âmbito da Cooperação Sul-Sul porque deverá ser executado a partir do intercâmbio de experiências e de acordos entre países das Américas que já possuem um historial de cooperação com o Brasil. A natureza do tema da migração é condizente com a Cooperação Sul-Sul, já que não é possível pensar no tema da migração e em soluções para beneficiar migrantes sem uma relação direta e contínua com outros países. Como estratégia, pretende-se fortalecer a base de conhecimentos sobre os recentes temas ligados à migração e traçar um panorama atual da situação

[12] O Relatório *Desenvolvimento Sustentável, Trabalho Decente e Empregos Verdes* apresentado na 102.ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho (2013) define "emprego verde" como "todo trabalho decente que contribui para preservar ou restabelecer a qualidade do meio ambiente". Em seguida, acrescenta que "um elemento importante desta definição de 'emprego verde' é o fato de que os empregos devem ser não apenas ecológicos como também decentes, ou seja, devem ser produtivos, proporcionar renda suficiente e proteção social, respeitar os direitos dos trabalhadores e assegurar-lhes a possibilidade de participar das decisões que afetarão suas vidas. Esta definição incorpora as três dimensões do desenvolvimento sustentável. O emprego verde é um trabalho decente que reduz de maneira considerável os efeitos negativos das atividades econômicas sobre o meio ambiente, até levar, em última instância, à instauração de empresas e economias sustentáveis " (pp.27-28).

dos migrantes no país, com enfoque em grupos mais vulneráveis, como os haitianos. Será igualmente importante analisar as legislações nacionais de forma a propor mudanças, identificar lacunas ou discutir acordos que facilitem a garantia dos direitos dos migrantes. Como estratégia geral, propõe-se obter uma visão fundamentada sobre a migração regional, através de estudos e análises de documentos oficiais e troca de experiências com países da região para atualização e ampliação da política nacional de proteção a trabalhadores migrantes.

Academia sobre a Economia Social e Solidária: para um desenvolvimento inclusivo e sustentável

A quarta edição da Academia sobre a Economia Social e Solidária[13] será realizada em Campinas, de 28 de julho a 1 de agosto de 2014.

A Academia irá centrar-se especialmente no valor acrescentado das Organizações da Economia Social e Solidária (OESS) em termos de inclusão e sustentabilidade, bem como no papel que a ESS pode desempenhar no debate da agenda de desenvolvimento do pós-2015.

O principal objetivo será gerar um melhor entendimento do conceito de ESS e da sua possível contribuição para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

No final da Academia, os participantes terão:

• um melhor entendimento das áreas onde a Economia Social e Solidária pode ser aplicada e implementada com sucesso, tais como a criação e preservação de empregos, proteção social, diálogo social, empregos verdes, quadros legais e de políticas, economia informal e desenvolvimento econômico local.

• tomado conhecimento de uma multiplicidade de experiências, estratégias e ferramentas sociais e solidárias de todo o mundo, com particular ênfase na Cooperação Sul-Sul e triangular.

[13] http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/event/wcms_237671.pdf